



## **ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS ORGANIZADO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Luciana Bagolin Zambon - UFSM

Eduardo A. Terrazzan - UFSM

Agência Financiadora: CAPES

**Resumo:** Investigamos, neste trabalho, os processos de escolha de Livros Didáticos (LD), no âmbito do PNLD, e buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: Como EEB organizam e desenvolvem ações para a escolha de LD? Para tanto, realizamos entrevistas com membros das equipes gestoras de 15 EEB. Pelas análises realizadas, podemos afirmar que: A organização do processo de escolha de LD nas escolas tem sido desencadeada muito mais a partir de ações desenvolvidas por editoras do que propriamente a partir de orientações do FNDE; É bastante comum no processo de escolha de livros a realização de encontros breves na sala de professores, durante o intervalo das aulas, onde os professores trocam informações e tomam decisões acerca dos LD; As ações desenvolvidas nas escolas mobilizam, em geral, todos os professores mediante a realização de ao menos uma reunião, mas essas ações restringem-se à escolha dos LD em cada área disciplinar, não havendo discussões mais amplas acerca das finalidades esperadas para o ensino médio nas escolas e do papel do LD para tanto.

**Palavras-chave:** PNLD, Seleção de Livros Didáticos, Escolas de Educação Básica.

### **Introdução**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, na qual buscamos compreender como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) incide no contexto de Escolas de Educação Básica (EEB) e que implicações ele traz para o trabalho docente desenvolvido nessas escolas. Dentre as ações investigativas desenvolvidas, pesquisamos como as equipes gestoras de escolas organizam e desenvolvem ações para a escolha de Livros Didáticos, como professores de Física realizam a escolha de livros e como esses professores utilizam livros na preparação e no desenvolvimento de suas aulas. Neste trabalho, em particular, focalizamos nossa atenção nos processos de escolha de Livros Didáticos organizados e desenvolvidos no ano de 2011 por equipes gestoras de Escolas de Educação Básica, no âmbito do PNLD Ensino Médio 2012.

Dentre os aspectos que evidenciam a relevância dos estudos sobre o PNLD no contexto atual, consideramos relevante destacar a amplitude que assumem os programas de material didático na atualidade no Brasil (tornando esse país o maior comprador de livros didáticos), a consolidação do PNLD, estabelecendo um mecanismo próprio de escolha dos livros pelos professores, e a presença de Livros Didáticos, reafirmada a partir do PNLD, no cotidiano das escolas e das salas de aula, de uma forma mais intensa e com uma perspectiva de utilização de melhor qualidade.

Os programas de material didático do governo federal, em particular o PNLD, têm a intenção de contribuir para a garantia de materiais didáticos de qualidade, disponíveis para subsidiar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas, e são desenvolvidos com o intuito de dar conta de um dos aspectos que, desde a Constituição de 1988 (artigo 208), constitui dever do Estado com a educação, a saber: “VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Assim sendo, compreendemos o PNLD como programa de distribuição gratuita de obras didáticas de forma sistemática e regular a todos alunos (individualmente) das EEB das Redes Públicas Escolares de todo país e consideramos esse programa como Política de Estado, dado seu período de existência e sua permanência desde o ano de 1985, mantendo algumas das características iniciais do programa, tais como escolha do livro pelo professor, utilização do livro reutilizável, perspectiva de universalização do atendimento.

O PNLD pode ser compreendido, em termos históricos, a partir de três “fases”. Foi criado em 1985, a partir do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Em 1993 o MEC instituiu a comissão de especialistas encarregada de avaliar a qualidade dos Livros Didáticos mais solicitados pelos professores e de estabelecer critérios gerais de avaliação do Livro Didático. No ano seguinte é feita a publicação do documento “Definição de critérios para avaliação dos Livros Didáticos” e, em 1996, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o ano seguinte.

Numa segunda fase do PNLD, conviveram três Programas do Governo Federal, destinados a distribuir Obras Didáticas de qualidade para os alunos de toda a Educação Básica: o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, atingindo os segmentos de 1ª à 4ª séries e de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental; o PNLEM - Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, criado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, previa a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país; e o PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos.

Já em 2010 são criados, pelo Decreto n.7.084, de 27 de janeiro de 2010, os Programas de Material Didático, compostos por dois grandes programas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Básica e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

Em trabalho recente de revisão de literatura sobre o tema “Livro Didático”, em teses/dissertações e em artigos publicados em periódicos acadêmico-científicos da área de pesquisa em educação em ciências, constatamos que são raríssimas as pesquisas nessa área e, em especial, na área de ensino de física, que problematizam aspectos relacionados à utilização do livro didático por professores e alunos em sala de aula ou que abordam os processos de seleção de livros didáticos realizados por professores.

Neste trabalho de revisão, identificamos 127 teses/dissertações da área de pesquisa em educação em ciências sobre a temática “Livro Didático”, disponibilizadas no banco de dados do Centro de Documentação em Ensino de Ciências (CEDOC/UNICAMP - período 1996 a 2008) e no Banco de Teses da CAPES (período de 2007 a 2010), e 46 artigos publicados em 09 Periódicos Acadêmico-Científicos também dessa área.

Constatamos, a partir desse levantamento, que a grande maioria das teses/dissertações e dos artigos identificados referem-se à *análise do conteúdo do Livro Didático* (investigando, por exemplo, a concepção de natureza veiculada por livros didáticos, formas de abordagem de algum conteúdo conceitual, formas de utilização de imagens, etc) e à *análise da utilização de Recursos e Estratégias Didáticas em Livros Didáticos*. No entanto, as investigações que se ocupam da *análise da utilização de Livros Didáticos em sala de aula*, do *processo de escolha dos Livros Didáticos* e da *avaliação de livros* são muito raras.

Dentre as pesquisas que investigam a escolha de livros, Tolentino Neto (2003), em análise sobre a seleção do livro de ciências por professores dos anos iniciais, constatou a diversidade de critérios utilizados, a diversidade de condições para as escolhas, a pouca utilização do Guia do Livro Didático e o desconhecimento de importantes etapas do Programa.

Cassab e Martins (2008) investigam os sentidos que professores de ciências atribuem ao livro didático em um contexto de escolha do material. A discussão realizada pelas autoras gira em torno das imagens de aluno, de ensino e de ensino de ciência na significação do livro didático, da linguagem do livro didático e seus aspectos visuais e da leitura do livro didático. As autoras afirmam que os critérios utilizados pelos professores na escolha do livro refletem os significados que eles atribuem a esses aspectos.

Lima e Silva (2010), por sua vez, investigam os critérios utilizados por professores de Química na escolha do livro didático. Esses autores apontam que os critérios mais

considerados na escolha são a linguagem, a diagramação, a contextualização, as experimentações e o tipo de abordagem.

Essas investigações tomam por objeto a escolha de livros pelo professor, analisando os critérios e procedimentos utilizados, mas não tratam dos mecanismos adotados pelas equipes gestoras de escolas para organizar os processos de escolha de livros, no âmbito do PNLD.

Neste sentido, considerando essa lacuna no campo de pesquisas da área, desenvolvemos essa investigação buscando responder a seguinte questão de pesquisa: Como as equipes gestoras de Escolas de Educação Básica organizam e desenvolvem ações para a escolha de Livros Didáticos no âmbito do PNLD?

## **Procedimentos Metodológicos**

Para responder a questão de pesquisa, utilizamos como fonte de informação *sujeitos*, membros das equipes gestoras de Escolas de Educação Básica e como instrumento para coleta de informações desses sujeitos utilizamos entrevista estruturada mediante roteiro.

O roteiro utilizado nas entrevistas foi organizado em quatro blocos, a saber: organização de mecanismos para o processo de escolha de Livros Didáticos, desenvolvimento das reuniões para escolha dos Livros Didáticos, entrega dos Livros Didáticos na escola, Formas de organização do processo de escolha dos Livros Didáticos no âmbito do PNLD/2012.

O universo da pesquisa envolveu todas as 27 Escolas Públicas de Educação Básica da cidade de Santa Maria/RS que possuem o Ensino Médio como etapa de escolaridade, das quais 24 são da rede pública estadual e 3 da rede pública federal.

Tendo em vista a seleção de livros didáticos prevista para o ano de 2011, no âmbito do PNLD Ensino Médio 2012, contatamos, no início do ano letivo, as equipes gestoras de todas as 27 escolas, com o intuito de informar os objetivos de nossa pesquisa e questionar sobre a possibilidade de realização da pesquisa com essas equipes gestoras.

O contato com membros das equipes gestoras ocorreu, inicialmente, mediante ligação telefônica, no qual agendamos contato pessoal para esclarecimentos ou, em alguns casos, para realização da própria entrevista.

Esse processo de contato com membros das equipes gestoras exigiu, em muitos casos, a realização de várias visitas às escolas, pois, muitas vezes, as coordenadoras deparavam-se com tarefas imediatas, próprias da escola, que precisavam resolver naquele momento, tornando impossível a realização da entrevista.

Recebemos resposta negativa para realização da entrevista de membros da equipe gestora de 12 escolas. Parte delas (3) informou que não tem recebido retornos das pesquisas realizadas em sua escola, o que tem desmotivado sua participação em novas pesquisas. As demais escolas utilizaram como justificativa principal a falta de tempo para realização da entrevista.

Desse modo, a amostra para essa pesquisa envolve um total de 15 coordenadoras pedagógicas que forneceram informações mediante realização de entrevista.

Para proceder ao tratamento e análise das informações coletadas, utilizamos a técnica da *categorização temática* (GIBBS, 2009) e estabelecemos categorias de análise a posteriori, ou seja, como resultado de várias leituras das informações, para cada critério de análise definido previamente.

## **Constituição e Discussão de Resultados**

É importante notar que algumas das categorias e subcategorias definidas e utilizadas para construção e análise dos resultados não são excludentes; por isso, em alguns casos o número de ocorrência não corresponde ao número de coordenadores pedagógicos entrevistados.

Procuramos entender inicialmente como começou a mobilização nas escolas para iniciar o processo de escolha de Livros Didáticos, no âmbito do PNLD. Pelas informações obtidas, percebemos que o envio de cópias das obras didáticas pelas editoras “disparou” o processo de escolha dos livros e o fato de o Guia de Livros Didáticos estar disponível na internet não teve efeito, pois não há nenhum indicador, pelas informações coletadas, de que professores ou a equipe gestora consultam o Guia antes de as editoras enviarem os livros. Parece ser, portanto, a chegada dos livros na escola que faz com que a gestão perceba que precisa agilizar o processo, distribuindo os materiais, criando mecanismos e organizando espaços para a escolha dos livros.

Ainda em relação ao envio das obras aprovadas para as escolas, podemos afirmar que algumas editoras, em geral, continuam realizando a divulgação das obras diretamente nas Escolas de Educação Básica, durante o período destinado ao processo de escolha. Isso ficou evidenciado tanto nas falas de muitas coordenadoras, como também pelo fato de, durante as visitas às escolas para realizar nossa pesquisa, termos encontrado muitos representantes de editoras em algumas dessas escolas. Vale lembrar que essa ação está proibida desde a publicação da Portaria Normativa nº 7, de 2007, que dispõe sobre as normas de conduta no

âmbito da execução dos Programas do Livro, em especial, aquela que profbe a realização da divulgação pessoalmente nas escolas, conforme item VIII, do parágrafo 2º, do artigo 3º.

Além disso, percebemos que o tratamento dado pelas editoras às escolas, em relação à divulgação das obras, é diferente quando se trata de escolas maiores (maior número de alunos e professores) e de escolas menores. Isso pode ser evidenciado na fala de muitas coordenadoras pedagógicas e, em especial, selecionamos dois depoimentos:

(...) a nossa é uma das maiores escolas de ensino médio e ela é muito visitada pelos representantes, eles procuram bastante a escola e eles começaram a trazer o material (...). A gente percebe que eles têm toda uma atenção com a nossa escola, até pelo número de alunos que a escola tem né. (...) E nós ouvimos aqui na sala dos professores com relação a outras escolas ‘ah lá no outro colégio não chegou quase nada’. CP 18

(...) eles [editoras] mandam o material via correio né, aqui não chegou nenhum vendedor ainda das editoras (fala rindo), acho que o acesso é difícil. CP 21

A primeira fala é a da coordenadora de uma das maiores escolas estaduais que possuem ensino médio na região investigada. A fala evidencia a presença de representantes de editoras na escola e o interesse delas em divulgar as obras nessa e em outras escolas com grande número de alunos. O trecho da fala “ah, lá no outro colégio não chegou quase nada” que a coordenadora disse ouvir dos professores evidencia que as demais escolas não tiveram o mesmo tratamento.

A segunda fala, por outro lado, é da coordenadora de uma escola estadual que funciona junto ao Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE) e que atende a um número muito pequeno de alunos. Em tom de riso, a professora afirma que nenhum representante de editora esteve na escola. Em outros momentos essa coordenadora também afirma que chegaram poucas obras, evidenciando que nem todas as editoras enviaram livros para essa escola.

Muitas editoras preocupam-se em enviar cópias nominais de livros para todos os professores (ao invés de uma única cópia para toda escola), o que é interessante, pois agiliza o processo de análise das obras, permitindo que todos os professores tenham acesso às obras e minimizando dificuldades que poderiam advir da necessidade de vários professores olharem uma única cópia. Porém, isso teve conseqüências no processo de escolha dos livros, como pode ser percebido nos trechos selecionados abaixo:

Alguns [representantes], por exemplo, a [nome da editora], vem nominal, cada professor recebe no seu nome, *por isso que a maioria escolhe a [nome da editora], porque já recebe bem personalizado*. Mas as outras vêm e tem gente que opta por outras editoras (...). CP 04

(...) tem um trabalho de determinadas editoras né que ele se sobressai positivamente, até porque o *representante é antigo, ele já conhece os professores* (...) e o atendimento personalizado, *quando eles entregam o material para o colega, ele já*

*explica né*, enquanto que outros apenas deixam aqui e ai fica fácil pro professor né.  
CP 18

Essas duas falas mostram que a forma como as editoras fazem a divulgação das obras aprovadas pode influenciar na decisão sobre a escolha dos professores, reafirmando a percepção de que as editoras tiveram um peso grande no processo de decisão sobre os livros, realizada no âmbito do PNLD Ensino Médio 2012, na região estudada. Afinal, quando as possibilidades de realizar uma análise mais aprofundada dos livros é dificultada, são esses aspectos, como a explicação/argumentação do representante da editora (propaganda, em outros termos), que acabam influenciando na decisão sobre a escolha.

Depois que começam a receber os livros inicia, portanto, nas escolas a mobilização para o processo de escolha dos livros. Quanto aos mecanismos para organização e desenvolvimento dos processos de escolha de Livros Didáticos, percebemos que todas as escolas investigadas utilizaram pelo menos uma reunião pedagógica na qual a escolha de livros foi assumida como ponto de pauta. Em cinco escolas aconteceu apenas uma reunião, na qual todos os professores estiveram juntos, com a finalidade única de compartilhar informações gerais sobre o PNLD e/ou sobre o processo interno de escolha de livros organizado pela escola. Essas informações, em geral, se reduzem a informar sobre os livros que chegaram e sobre o prazo para registro da escolha. Nesses casos, a escolha propriamente dita de livros aconteceu individualmente ou em encontros organizados pelos próprios professores, em geral no período de intervalo (recreio), na sala de professores.

Em oito escolas as reuniões pedagógicas foram utilizadas para realizar, efetivamente, a análise e escolha de livros por professores reunidos em grupos por área disciplinar, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

(...) nós *começamos utilizar as reuniões pedagógicas*. Na reunião pedagógica aí os professores se reúnem por disciplina, aí *vão estudando, discutindo os livros, até chegar o dia da escolha*. Nós estamos, agora esta semana, vai ser a quarta reunião que a gente fica em cima do trabalho dos livros. CP 11

Então, eles *são convocados, numa quarta-feira, que é o dia que a gente já tem as reuniões [pedagógicas] pré-agendadas, eles apreciam os livros*, e aí é aquele “auê” de professores apreciando os livros (...). CP 04

Percebemos, ainda, que é bastante comum, no processo de escolha de livros, a realização de encontros na sala de professores, durante o intervalo, reunindo os professores de uma mesma área disciplinar que lecionam naquele dia. Parece ser, inclusive, nesses encontros breves que a maioria dos professores troca informações e toma decisões acerca dos livros didáticos, conforme depoimentos das coordenadoras pedagógicas.

Chama atenção, também, o fato de que apenas quatro escolas utilizaram uma reunião com o intuito de compartilhar os resultados da escolha de livros. Esse tipo de reunião seria

uma oportunidade para que todos os professores da escola trocassem informações sobre as justificativas para sua escolha, garantindo a transparência no processo de escolha de livros e, ao mesmo tempo, permitindo que a escola discuta aspectos mais amplos, de modo que o trabalho escolar seja realizado de forma coerente, no sentido de que todos os professores, independente da área disciplinar, buscam atender as finalidades comuns da escola, expressas em seus projetos pedagógicos.

Em relação aos materiais utilizados pelos professores para realizar a escolha dos Livros Didáticos, constatamos que na maioria das escolas (9/15) os professores analisaram apenas os livros didáticos recebidos na escola para realizar a escolha, conforme depoimentos das coordenadoras. Os trechos abaixo são representativos dessa categoria:

(...) [os professores] deveriam analisar aquelas [obras] que eles tinham manuseado, isso que nós fizemos e reforçamos. CP 01

É que os guias dizem como os livros estão organizados, então vale mais a pena tu olhar o livro. CP 15

Só com os livros que chegam. É o que a gente pode manusear né, como é que tu vai escolher uma coisa que tu não tem como manusear? [Olhar o Guia] não é a mesma coisa que tu pegar o livro e olhar né. CP 25

As demais coordenadoras (6) afirmaram que, além dos livros recebidos, os professores também consultaram o Guia. Porém, temos de observar que realizamos entrevistas com a coordenação pedagógica entre os meses de maio e junho de 2011, durante o período de escolha dos livros didáticos, no âmbito do PNLD 2012. Assim, quando fizemos as entrevistas, muitas escolas não tinham recebido ainda a cópia impressa do Guia (recebido somente no dia 31 de maio de 2011, doze dias antes de encerrar o processo, portanto). Por isso, muitas coordenadoras nem sabiam do que se tratava. Nesses casos, aproveitamos a oportunidade para explicar que o Guia de Livros Didáticos estava disponível no site do FNDE e continha os critérios de avaliação das obras e uma resenha das obras aprovadas, podendo servir como importante instrumento de apoio para a escolha dos livros. Assim, em três das seis respostas classificadas nessa categoria, as coordenadoras afirmaram que iriam informar os professores sobre o Guia e solicitar que ele fosse analisado; portanto, o que temos nas respostas dessas coordenadoras é a manifestação de intenção de informar aos professores sobre o Guia (e não a utilização propriamente pelos professores).

Em outra resposta (dentre essas 6), uma coordenadora afirmou que o Guia é analisado, mas as obras não são escolhidas caso o próprio livro não seja manuseado:

Sim, [os professores leem] a resenha, mas até hoje eu não vi a gente aqui escolher um livro que não estivesse o livro pra eles estudarem, dar uma olhada. CP 11

Tudo isso indica o peso que as editoras tiveram nesse processo de escolha dos livros no contexto investigado, chegando ao limite em que Livro Didático que não chegou na escola ter uma chance reduzida de ser escolhido.

Quanto aos espaços e tempos utilizados pelo professor para análise dos Livros Didáticos, em três escolas a sala de reuniões constituiu o espaço principal utilizado para análise de livros e em outras quatro escolas a análise dos livros ocorreu na sala de professores, durante o intervalo de tempo em que o professor costuma ocupar esse espaço, ou seja, durante o intervalo escolar (recreio) ou nos períodos livres em que está fora de sala de aula, mas aguardando o próximo período. Em dois casos, a biblioteca foi utilizada como espaço para análise dos livros, pois era o único espaço de que a escola dispunha para armazenar os livros enviados pelas editoras.

A categoria mais recorrente (8/15), porém, foi a utilização da residência do professor como espaço para análise dos livros. Como não há necessidade de o professor permanecer na escola no período destinado ao planejamento (horas-atividade) e não há uma contabilidade de quantas horas o professor utilizou em casa para análise dos livros, não temos como saber se esses professores utilizaram seu tempo de trabalho (4h de horas-atividade) ou seu tempo pessoal.

Entendemos que o problema não é a utilização da residência em si como espaço para análise dos livros, desde que esteja sendo utilizado o período que o professor possui para realizar seu planejamento. Porém, sabemos que esse período tem sido insuficiente para o professor realizar todas as tarefas que compõe a docência, a qual não se restringe ao trabalho em sala de aula, em especial nesse momento em que precisa decidir sobre o livro que adotará pelos próximos três anos.

Outro problema é o fato de os professores, em geral, terem banalizado essa situação, incorporando o problema como sendo próprio (característico) da profissão docente, ou seja, aceitando como natural o fato de ele precisar utilizar seu período de descanso e lazer para planejar, corrigir provas, analisar livros, etc.

Analizamos também o envolvimento de instâncias da Secretaria Estadual de Educação com os processos de escolha de Livros Didáticos. Pelas informações coletadas nas escolas, podemos afirmar que a participação dessas instâncias no processo de escolha de livros ficou reduzida ao repasse de email com informações relativas à parte operacional da escolha. Não houve, portanto, nenhum tipo de contato, pelas informações obtidas, no sentido de orientar as escolas sobre aspectos pedagógicos da escolha dos livros.

## Conclusões

Em relação à organização da escolha dos livros nas escolas, podemos afirmar que esse processo iniciou efetivamente a partir da chegada dos livros na escola, os quais em alguns casos foram entregues pessoalmente por representantes de editoras, usualmente daquelas já tradicionais, com forte presença no meio escolar.

Em termos de ações que são desenvolvidas pelo FNDE e pela Secretaria de Educação do Estado, podemos dizer resumidamente que o FNDE publica o Guia de Livros Didáticos e envia para as escolas cópia impressa desse material, bem como de documentos (carta-circular), informando senha e login para efetivação da escolha dos livros, solicitando análise do Guia de Livros Didáticos, estabelecendo prazo para realização da escolha, fornecendo orientações para o registro da escolha das obras, etc. Já a Secretaria de Educação do Estado limitou-se ao envio de mensagem de email com informações técnicas sobre o processo de escolha, basicamente repetindo as informações do FNDE, o que caracteriza uma participação irrisória nesse processo (PNLD 2012).

Oficialmente, são essas ações que dão início ao processo de escolha de livros, no âmbito do PNLD. Porém, pelas informações coletadas, percebemos que isso foi insuficiente para mobilizar a gestão escolar das escolas investigadas.

O que pudemos perceber é que as escolas começaram a se mobilizar, efetivamente, para organização do processo de escolha na medida em que consideravam a quantidade de livros que já estava na escola suficiente para iniciar a análise desses livros, usualmente utilizando-se de uma avaliação muito subjetiva em relação a esse número suficiente de livros. Um fator que pareceu ser considerado, também, foi o espaço físico que esses livros passaram a ocupar na escola, que já possui, em geral, um espaço reduzido.

Um outro aspecto que preocupa bastante é a falta de conhecimentos sobre o próprio Programa, por parte das equipes gestoras das escolas: algumas coordenadoras, por exemplo, demonstraram total desconhecimento sobre a existência do Guia de Livros Didáticos até a realização de nossa entrevista. Um agravante, nesse sentido, consiste no fato de que, sem conhecer o Guia, as equipes gestoras também não sabiam quantas obras enviadas pelas editoras poderiam chegar para análise, o que causou uma restrição para o processo de tomada de decisão, já que somente algumas obras passaram pelo processo de análise pelos professores.

Assim sendo, pode-se dizer que as escolas ficaram sujeitas aos procedimentos utilizados pelas editoras para divulgação das obras. Constatamos, por exemplo, que muitas

editoras possuem uma relação bem próxima com os professores e, na medida em que elas utilizam-se de fortes estratégias de *marketing*, acabam tendo grande poder de convencimento para a realização da escolha.

De um modo geral, podemos caracterizar a situação analisada pelos seguintes aspectos: (1) muitas escolas não tiveram acesso ao Guia em tempo suficiente para análise (conforme relato das coordenadoras pedagógicas); (2) muitos professores preferiram realizar análise direta dos livros, em detrimento de uma análise preliminar, a partir do Guia; (3) nem todos os livros aprovados chegaram na escola, o que acarreta um total desconhecimento de algumas dessas obras por parte dos professores; (4) no caso estudado, o tempo entre o recebimento das obras enviadas pelas editoras e o encerramento do prazo para indicação ao MEC foi muito curto. Tendo em vista esses aspectos, a alternativa que parece restar aos professores é a escolha do livro daquela editora que, além de enviar o livro para a escola, conversa com o professor, apresenta e explica a natureza do livro ou, nas palavras dos gestores investigados neste trabalho, daquela editora que oferece um atendimento mais “personalizado”!

(...) a maioria escolhe o livro da [nome da editora], porque já recebe bem personalizado. CP 04

[Algumas editoras têm] o atendimento personalizado. Quando eles entregam o material para o colega [professor], ele já explica, né? CP 11

Por isso, é inegável o grande peso que as editoras tiveram nos processos de decisão sobre a escolha dos livros didáticos, seja pelo envio efetivo das obras às escolas, fazendo iniciar o processo de escolha das obras, seja pela forma como divulgam as obras e se relacionam com as escolas e, individualmente, com os professores.

Podemos concluir, então, que a execução do PNLD nas escolas tem sido desencadeada muito mais a partir de ações desenvolvidas por editoras do que propriamente a partir de orientações do FNDE e/ou de instâncias da Secretaria Estadual de Educação. Concluímos, também, que é bastante comum, no processo de escolha de livros, a realização de encontros breves na sala de professores, durante o intervalo das aulas, onde os professores trocam informações e tomam decisões acerca dos livros didáticos.

Por fim, podemos dizer que as ações desenvolvidas nas escolas, relativas à sua participação no PNLD, mobilizam, em geral, todos os professores envolvidos mediante a realização de ao menos uma reunião, mas essas ações restringem-se à escolha dos livros em cada área disciplinar, não havendo discussões mais amplas acerca das finalidades esperadas para o ensino médio nas escolas e do papel do livro didático para atingir tais finalidades.

## Referências

- BAGANHA, Denise E. **O papel e o uso do livro didático de ciências nos anos finais do ensino fundamental**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2010.
- CASSAB, M.; MARTINS, I. Significações de professores de ciências a respeito do livro didático. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, 2008, v.10, n.1, p.1-28.
- CASSIANO, Célia C. F. **Circulação do livro didático: entre práticas e prescrições - políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2003.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed. 2009. ISBN 978-85-363-2055-7.
- LIMA, Maria E. C. de C.; SILVA, P. S. Critérios que professores de química apontam como orientadores da escolha do livro didático. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.121-136, 2010.
- TOLENTINO NETO, Luiz C. B. de. **O Processo de Escolha do Livro Didático de Ciências por Professores de 1ª a 4ª séries**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2003.